



## Reforma trabalhista deve ser votada amanhã em comissão

Base do governo espera aprovar relatório de Romero Jucá, favorável à proposta, mas cinco senadores vão apresentar votos em separado pela rejeição do projeto

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deve votar amanhã o relatório de Romero Jucá à proposta de reforma trabalhista. Jucá defende a aprovação do texto, da forma como veio da Câmara dos Deputados. Porém, cinco senadores prometem apresentar votos em separado pela rejeição do projeto.

Além de Eduardo Braga e de Paulo Paim, que já divulgaram seus relatórios alternativos, os opositores Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin devem propor votos em separado.

A CCJ é o terceiro colegiado a analisar a proposta de reforma trabalhista no Senado. Depois o texto será submetido ao Plenário. **3**



Jucá (D) defende a aprovação do texto na Comissão de Constituição e Justiça, que tem Anastasia como vice-presidente

Edilson Rodrigues/Agência Senado - 21/6/2017

**Comissão ouve ministro sobre LDO para 2018 **5****

**Acaba prazo de vigência de medida sobre presídios **2****

**Audiência discute qualidade da banda larga no país **5****

**Preço diferente para compra em dinheiro vira lei **6****

**MP sobre operações financeiras será analisada hoje **5****



Marcos Oliveira/Agência Senado

Em reunião da CPI, Paim e Hélio José (4º e 5º à dir.) ouvem especialistas

### Pesquisadores contestam dados que justificam a reforma da Previdência

Acadêmicos da Universidade Federal do Pará e representantes do Dieese e do Inpe apontaram ontem, em reunião da CPI

da Previdência, vícios e erros nas projeções governamentais utilizadas para justificar a proposta de reforma no setor. **4**

### Brasil não tem política para direitos dos índios, adverte ex-presidente da Funai

O ex-presidente da Funai, Antonio Costa, que deixou o cargo em maio, disse ontem que o governo brasileiro é omissivo sobre os direitos dos índios. Segundo ele, o Ministério da Agricultura

falha em não desenvolver as terras indígenas e só se preocupar com o agronegócio. Costa afirmou ainda que a Funai tem sido tratada como balcão de negócios pelo governo. **6**



Costa foi ouvido na Comissão de Direitos Humanos, presidida por Regina Sousa

Pedro Franco/Agência Senado

### Randolfe anuncia contestação a arquivamento de ação contra Aécio

Um recurso contra o arquivamento da representação que pede a cassação do mandato do senador afastado Aécio Neves deve ser apresentado hoje no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Randolfe Rodrigues anunciou que está colhendo assinaturas. A representação foi indeferida na sexta-feira pelo presidente do colegiado, João Alberto Souza, que considerou não haver provas suficientes contra Aécio. **3**

### Convocação de Assembleia Constituinte na Venezuela gera debates no Parlasul

Apesar de ter sido afastada do Mercosul, a Venezuela ainda participa do Parlamento do bloco. A crise política enfrentada pelo país,

cujo governo é acusado de agredir normas democráticas, foi o principal tema de debates ontem na reunião do Parlasul. **7**



Parlasul discute medidas tomadas por Maduro em resposta à crise política no país

Marcos Magalhães/Agência Senado



Luciano Pontes

Haitianos em Rio Branco: Lei de Migração amplia apoio a estrangeiros

### Nova lei dá proteção e define direitos e deveres de migrantes

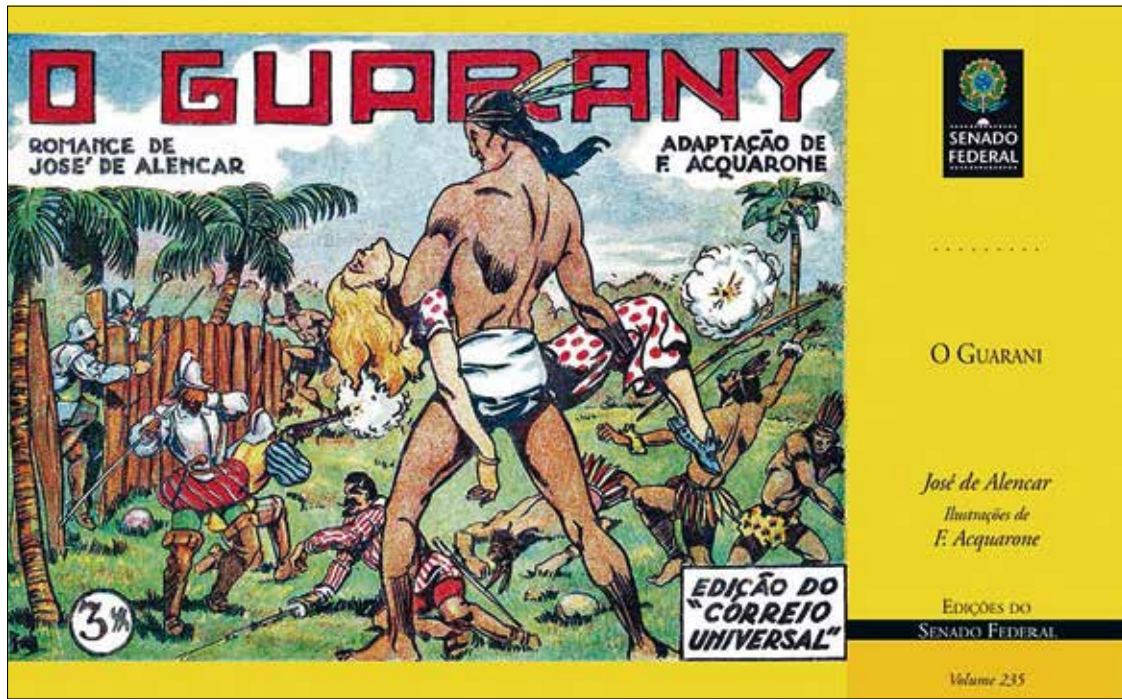
A nova Lei de Migração protege os estrangeiros, visitantes ou imigrantes, contra dis-

criminação e os direitos do brasileiro no exterior. A norma entra em vigor em 24 de novembro. **8**



### Senado lança versão histórica da obra *O Guarani* em quadrinhos

Publicada originalmente em 1937, uma adaptação em quadrinhos do romance *O Guarani*, de José de Alencar, acaba de ser lançada pelo Senado. A edição impressa está à venda e a versão digital pode ser baixada gratuitamente. **2**



Adaptação do artista e historiador Acquarone para o clássico da literatura brasileira foi originalmente publicada em 1937

## Senado lança versão histórica de *O Guarani* em quadrinhos

Edição impressa de adaptação do romance de José de Alencar pode ser adquirida na Livraria do Senado, enquanto versão digital está disponível gratuitamente. Publicação resgata os primórdios da HQ no Brasil



O SENADO ACABA de lançar uma edição fac-símile da versão em quadrinhos do romance *O Guarani*, de José de Alencar, publicada originalmente em 1937. Com ilustrações do historiador de arte F. Acquarone, a versão impressa está sendo vendida a R\$ 10. A digital pode ser baixada gratuitamente no site da Livraria do Senado.

Integrante do Conselho Editorial do Senado, Carlos Henrique Santos ressalta a importância histórica de *O Guarani* para a literatura brasileira. Ele lembra que o livro foi inicialmente apresentado, em 1857, em forma de folhetim, publicado regularmente em capítulos.

— Quando, no século 19, José de Alencar publicou *O Guarani* em formato de folhetim, ele tinha a intenção de chegar a um maior número de leitores. Só mais tarde ele reuniu esses capítulos e editou o romance. O livro, então, se tornou um marco da literatura brasileira. É uma obra de referência da época em que

José de Alencar era o rei do indianismo, da valorização das coisas nacionais — explica Santos.

Já a adaptação da obra literária para os quadrinhos, publicada pelo jornal *Correio Universal*, ocorreu somente na década de 1930, explica Ronaldo Costa Fernandes, também do Conselho Editorial. Segundo ele, Acquarone, que também era pintor, caricaturista e jornalista, adaptou e desenhou uma série de obras literárias, como *Os Cossacos*, do escritor russo Leon Tolstói, na mesma década.

— Acquarone era um artista plástico importante. Foi um historiador da arte brasileira e, ao mesmo tempo, um pintor muito interessante. Essa publicação [*O Guarani*] é importante no sentido de que recupera e resgata os primórdios dos quadrinhos no Brasil — afirma Fernandes.

Para Santos, a transposição da linguagem literária à visual garante que a publicação alcance um público ainda maior. Segundo ele, a escolha da obra para compor o acervo do Senado se deve ao fato de o Conselho Editorial disponibilizar conteúdos que constituem referência histórica e auxiliem

os leitores a conhecer melhor o Brasil.

— O conselho participa de bienais e feiras de livros pelo país inteiro. Além dos preços acessíveis, também digitalizamos as obras editadas aqui para dar acesso gratuito ao público — destaca.

### Livraria

A versão impressa da publicação pode ser adquirida pelo site da Livraria do Senado ou em dois pontos de venda física: um no Túnel do Tempo, que liga o Palácio do Congresso ao Anexo 2 do Senado, e outro no prédio da Gráfica do Senado, na Via N2. Ambos funcionam das 10h às 17h.

O Senado também publicou o fac-símile de dois outros clássicos em quadrinhos: *As Memórias de o Tico-Tico*, de J. Carlos (publicada originalmente na primeira década do século 20), e *As Aventuras de Nhô-Quim e Zé Caipora*, que datam do final dos anos 1880 e são consideradas as primeiras publicações de quadrinhos no Brasil.

📖 Acesse o site da Livraria: <http://bit.ly/HQguarani>  
📺 Veja vídeo sobre a publicação: <http://bit.ly/VideoHQGuarani>

## ILB participa de reunião de rede de escolas de governo

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) está participando da 5ª Reunião Anual da Rede Global de Escolas de Governo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O evento, organizado pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), está sendo realizado no Rio de Janeiro.

A OCDE é uma rede com 70

escolas de governo de mais de 50 países e discute assuntos comuns à profissionalização do serviço público. Este ano o tema em debate é “Habilidades e liderança para garantir serviços públicos de alto desempenho na era digital”.

O coordenador-geral do ILB, Paulo Roberto Viegas, representa o instituto no encontro.

— É muito importante para o ILB participar desse evento

que nos dá a oportunidade de conhecer o que está sendo praticado por escolas de governo de diversos países.

Viegas destaca também que a possibilidade de trocar experiências com outras escolas possibilita conhecer novas ideias que podem melhorar práticas internas que impactarão diretamente no Senado e no Legislativo brasileiro.

## Vence prazo da MP que destinava recursos a segurança e presídios

Venceu o prazo de vigência da Medida Provisória 769/2017, que abriu crédito extraordinário de R\$ 100 milhões para o Ministério da Defesa. O ato declaratório com o vencimento da MP foi publicado na quinta-feira no *Diário Oficial da União*.

O texto, editado pelo presidente Temer em 21 de fevereiro, estabelece que os recursos iriam custear o emprego dos militares das Forças Armadas em segurança pública e nos presídios estaduais.

Metade dos recursos iria para a atuação em estabelecimentos prisionais. A medida foi uma resposta às rebeliões e mortes em presídios. Os outros R\$ 50 milhões seriam

empregados em ações de segurança nos estados.

O crédito de R\$ 100 milhões viria do cancelamento de recursos que foram alocados na reserva de contingência do Orçamento de 2017.

Com o prazo de tramitação vencido, agora a Comissão Mista de Orçamento terá que elaborar projeto de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas já ocorridas durante a vigência da MP. De acordo com o Artigo 11 da Resolução 1/2002 do Congresso, caso o decreto legislativo não seja editado em até 60 dias contados a partir do vencimento, as mudanças trazidas pela MP durante a vigência serão mantidas.

## Dia Nacional do Engenheiro de Custos será em 27 de maio

Está no *Diário Oficial da União* de quinta-feira a Lei 13.453/2017, que cria o Dia Nacional do Engenheiro de Custos, que será 27 de maio.

A proposta visa homenagear a profissão focada no planejamento de custos para todas as fases da obra e na gestão do fluxo de caixa.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CCT Banda larga**  
9h Audiência interativa destinada a debater a Política Nacional de Banda Larga.
- CJ Cobrança de água e esgoto**  
9h Na pauta de 8 itens, o PLS 11/2013, que destina 10% da Cide para transporte de massa, e o PLS 291/2013, que separa cobrança de água e esgoto.
- CAE Crédito rural**  
10h Entre os 18 itens da pauta, o PLS 150/2016, que estabelece em dois dias úteis o prazo para fechamento de empresas, e o PLS 354/2014, que agiliza as renegociações do crédito rural.
- CCJ Reforma trabalhista**  
10h Audiência interativa para instrução do PLC 38/2017, que trata da reforma trabalhista.
- SESSÃO SOLENE Igreja Universal**  
11h Comemoração dos 40 anos de fundação da Igreja Universal do Reino de Deus.
- CE Merenda escolar**  
11h30 A comissão pode votar o PLC 76/2011, que prevê apoio psicológico a estudantes e professores do ciclo básico; o PLS 217/2015, que dobra os recursos para merenda escolar em municípios carentes, e mais 9 itens.

- CMA Bem-estar animal**  
11h30 Na pauta, o PLC 105/2014, que inclui o bem-estar animal entre as prioridades de educação ambiental, e mais 10 itens.
- CMO LDO 2018**  
14h Audiência com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, sobre o PLN 1/2017, que trata da LDO 2018. Em seguida, eleição dos vice-presidentes da comissão.
- PLENÁRIO Contas em pequenas cidades**  
14h Na pauta, a PEC 77/2015, que institui regime simplificado de prestação de contas para os pequenos municípios.
- MP 772/2017 Multas por fraude**  
14h30 A comissão da MP, que aumenta multa para fraudes em produtos de origem animal, aprecia relatório.
- MP 775/2017 Registro de garantias**  
14h30 A comissão da MP, que muda o registro de garantias em operações financeiras, aprecia relatório.
- REUNIÃO DE LÍDERES Votações**  
14h30 Reunião para definir a pauta.
- CCJ Reforma trabalhista**  
15h Audiência interativa para instrução do PLC 38/2017, que trata da reforma trabalhista.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>  
• Alô Senado: 0800 612211  
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)  
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)  
• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

# Comissão vota reforma trabalhista amanhã

Governistas esperam aprovar relatório de Romero Jucá, favorável ao texto como veio da Câmara, mas cinco senadores devem oferecer votos em separado pela rejeição do projeto

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar amanhã o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) sobre a reforma trabalhista (PLC 38/2017). Jucá apresentou voto favorável à aprovação do texto que veio da Câmara dos Deputados, mas cinco senadores vão oferecer votos em separado (relatórios alternativos) pela rejeição do projeto.

Dois desses votos em separado já foram divulgados por Eduardo Braga (PMDB-AM) e Paulo Paim (PT-RS). Também devem apresentar votos em separado Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Lídice da Mata (PSB-BA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A reunião da CCJ está marcada para as 10h. Mas, antes da votação, todos os votos em separado precisam ser lidos na comissão. Só o voto de Paulo Paim tem quase 90 páginas.

— Não acredito que a reforma trabalhista comece a ser votada na CCJ antes das 20h. O governo tentará levar ao Plenário até 14 de julho. Mas o certo mesmo seria deixar essa matéria para agosto e tentarmos um acordo decente sobre o tema. Porque essa proposta é indecente — disse Paim.

Valdir Raupp (PMDB-RO) está confiante na aprovação do texto na comissão. Mesmo com o voto em separado de Braga e as emendas de parlamentares da base do governo para mudar o texto, o senador avalia que não haverá surpresas.

— Há espaço para a reforma trabalhista ser aprovada, até com folga de quatro a seis votos. É a conta que a base do governo está fazendo. Deverá passar na CCJ e no Plenário do Senado também — disse.

Para a oposição, um fato novo pode obrigar o governo a refazer as contas: a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra Michel Temer. O procurador-geral, Rodrigo Janot, apresentou ontem à noite, ao Supremo Tribunal Federal, denúncia contra o presidente da República pelo crime de corrupção passiva.

— Mudou a conjuntura. A crise se agravou. A votação é na quarta-feira. Antes deve haver a denúncia da PGR. Qual é o clima para se votar isso? Pelos nossos cálculos, eles têm uma maioria, mas é uma maioria que pode ser modificada até a votação — disse o líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), antes da apresentação da denúncia por Janot.

O líder do PSDB, Paulo Bauer (SC), não integra a CCJ, mas participa da votação. Ele substitui o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG). Para Bauer, a denúncia contra Temer não muda o calendário de votações:

— Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Estamos falando da forma como o trabalho deve funcionar no país. A questão política e governamental é outra. Se estivéssemos falando da criação de ministérios, até estaríamos sujeitos à influência de fatos da política, mas não estamos falando de governo.

## Acesso

A reunião de amanhã terá acesso limitado, por determinação do presidente da CCJ, Edison Lobão (PMDB-MA). A Polícia Legislativa permitirá a entrada de parlamentares, assessores indicados pelos senadores, servidores que trabalham nos gabinetes do local e imprensa credenciada.

Cada senador terá direito a ser acompanhado por apenas um assessor. Após a entrada dos indicados, se ainda houver espaço, qualquer pessoa poderá ter acesso à reunião.

O PLC 38/2017 já passou por dois colegiados do Senado. A

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deu parecer favorável ao texto, com a aprovação do relatório de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), enquanto a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) decidiu pela rejeição do relatório de Ferraço e pela

aprovação de voto em separado de Paim, contrário ao projeto.

A palavra final será do Plenário. Se o texto for aprovado como veio da Câmara, segue para sanção presidencial. Se houver mudanças, volta para análise dos deputados.

## O que diz o projeto em análise no Senado



### QUITAÇÃO ANUAL

Cria o termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, que deve ser assinado pelo trabalhador na presença do sindicato representante da categoria do empregado. Com ele, o trabalhador declara ter recebido todas as parcelas devidas com horas extras e adicionais.



### JUSTA CAUSA

Cria nova possibilidade de demissão por justa causa: quando o motorista profissional perde sua habilitação ou fere os requisitos legais para exercer a profissão.



### AUTÔNOMO EXCLUSIVO

Cria a figura do trabalhador autônomo exclusivo, que poderá prestar serviços para um único empregador de forma contínua, mas sem o estabelecimento de vínculo empregatício permanente.



### SALÁRIO

O projeto muda o conceito de salário, ou seja, auxílios, prêmios e abonos, ainda que habituais, não integram a remuneração e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário, o que diminui o valor pago ao INSS e, conseqüentemente, o benefício. Quem ganha duas vezes mais que o teto dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social (cerca de R\$ 11 mil) e tem nível superior terá relações contratuais firmadas por acordo individual e deixa de ser representado pelo sindicato.



### CONTRIBUIÇÃO SINDICAL ANUAL

Deixará de ser obrigatória e passa a ser opcional, tanto a destinada aos sindicatos de trabalhadores quanto aos patronais. Atualmente, o pagamento equivale a um dia de salário do empregado e é descontado em folha.



### DANOS MORAIS

Regulamenta a indenização por danos morais no ambiente de trabalho. No entanto, a indenização vai variar de acordo com o salário do prejudicado, o que pode acarretar valores distintos, mesmo que os beneficiários tenham sofrido o mesmo dano. A norma varia de leve a gravíssima e de 5 a 50 vezes o salário do prejudicado.



### TRABALHO REMOTO

Traz regras para as modalidades de trabalho em casa, que será previamente acordado com o patrão — inclusive sobre fornecimento e manutenção de equipamentos e gastos com energia e internet.



### RESCISÃO

A homologação da rescisão contratual deixa de ser obrigatoriamente feita nos sindicatos, passando a ser feita na própria empresa, com a presença de advogados ou de representantes do sindicato das partes. O pagamento, que antes ocorria no ato da homologação, agora pode ser feito em até 10 dias.



### DEMISSÃO POR ACORDO

Nessa nova modalidade, pode haver a rescisão do contrato de trabalho de "comum acordo" entre empregador e empregado. Há o pagamento de metade do aviso prévio, se indenizado, e da indenização sobre o montante do FGTS. Nesse caso, é permitida a movimentação de até 80% do FGTS. Mas o empregado não terá direito ao seguro-desemprego. O texto também exclui a obrigatoriedade da rescisão de contratos de mais de um ano ser feita no respectivo sindicato ou perante autoridade do Ministério do Trabalho.



### NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO

A negociação vai prevalecer sobre a norma em questões como: participação nos lucros e resultados, jornada em deslocamento, intervalo para almoço, remuneração por produtividade, banco de horas, planos de cargos e salários, adesão ao seguro-desemprego e troca do dia de feriado.



### FORA DE ACORDO OU NEGOCIAÇÃO

Patrões e empregados não poderão negociar para reduzir ou suprimir direitos como FGTS, 13º salário, salário mínimo, remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, repouso semanal remunerado, licença-maternidade e licença-paternidade, aviso prévio, aposentadoria, seguro contra acidentes, direito de greve.



### FÉRIAS

Desde que o empregado concorde, as férias poderão ser divididas em até 3 períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos.



### JORNADA DE TRABALHO

A jornada regular de 8 horas/dia + 2 horas extras permanece inalterada. Passa a ser possível, por acordo, estabelecer jornada que alterne 12 horas de trabalho com 36 horas de descanso.



### TRABALHO INTERMITENTE

Nessa modalidade, os trabalhadores vão ganhar por hora, visto que são alternados períodos de prestação de serviços e inatividade. O contrato deverá ser por escrito e o valor da remuneração não poderá ser menor que o do salário mínimo em hora. O trabalhador também terá direito ao pagamento proporcional de férias, FGTS, previdência e 13º salário.



### JORNADA PARCIAL

Haverá duas opções: contrato de até 30 horas semanais sem horas extras ou de até 26 horas semanais com até 6 horas extras. Hoje o regime parcial aceito é de 25 horas, sendo vedada hora extra.



### FALTA DE REGISTRO

O empregador que não registrar o empregado ficará sujeito a multa de R\$ 3 mil para cada trabalhador não registrado. Para micros e pequenas empresas, a punição será de R\$ 800.



### DESLOCAMENTO

O período de deslocamento não poderá mais ser contado como hora trabalhada, como ocorre hoje quando o patrão oferece transporte para funcionários que moram em local de difícil acesso ou não servido por transporte público.



### QUARENTENA

Em caso de demissão do trabalhador, haverá quarentena de 18 meses a fim de evitar que ele seja recontratado como terceirizado.



### GRÁVIDAS

Em caso de insalubridade de grau leve ou médio, será necessário atestado médico que recomende o afastamento durante a gestação. Hoje a lei proíbe que grávidas ou lactantes trabalhem em ambientes insalubres. Em caso de insalubridade de grau máximo, continuará proibido o trabalho.



Romero Jucá (à dir., ao lado de Antonio Anastasia) é relator da proposta na CCJ

## Randolfe deve apresentar recurso a arquivamento de ação contra Aécio

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) apresentará hoje recurso contra o arquivamento da representação contra o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Das cinco assinaturas necessárias para o recurso, Randolfe já colheu duas, além da sua própria.

Outros três senadores já se comprometeram a apoiar.

José Pimentel (PT-CE) e Lasier Martins (PSD-RS), titulares do Conselho de Ética, já assinaram o recurso. Regina Sousa (PT-PI) também assinou, mas ela é suplente e a sua assinatura não conta para os cinco apoios necessários.

Antonio Carlos Valdares (PSB-SE), João Capiberibe (PSB-AP) e Pedro Chaves (PSC-MS) ainda oficializarão suas assinaturas. Chaves é o vice-presidente do conselho.

Em maio, parlamentares da Rede e do PSOL apresentaram ao conselho pedido de cassação do mandato de Aécio, após

seu afastamento por decisão do Supremo Tribunal Federal. O argumento da representação dos partidos é de que gravações telefônicas autorizadas pela Justiça evidenciaram que o senador pediu dinheiro ao dono do frigorífico JBS, Joesley Batista, para custear sua defesa na Operação Lava Jato

Na sexta-feira, o presidente do Conselho de Ética, João Alberto Souza (PMDB-MA), indeferiu de ofício a representação, alegando "falta de provas". O recurso deverá ser analisado pelo plenário do conselho, que decidirá, por maioria simples, se a ação contra Aécio deve prosseguir.

# Pesquisadores rebatem dados sobre Previdência

Equipe da Universidade Federal do Pará apontou, na CPI da Previdência, inconsistências e erros nas projeções usadas pelo governo para justificar reforma

AS ESTIMATIVAS POPULACIONAIS e financeiras adotadas pelo governo para definir o déficit da Previdência Social foram criticadas ontem em audiência da comissão parlamentar de inquérito que investiga o tema. Segundo os pesquisadores convidados pela CPI da Previdência, os critérios usados pelo governo para as projeções registram vícios como dados incongruentes, falta de transparência e uso de variáveis como constantes e podem comprometer os cálculos finais.

O pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA) Carlos Renato Lisboa Frances integrou uma equipe que estudou as projeções governamentais, com base nos documentos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) entre 2002 e 2017. Ele criticou os critérios usados pelo governo para as projeções previdenci-



Carlos Patrick, Hélio José, Paulo Paim, Solon Venâncio de Carvalho, Marcelino Silva da Silva e Carlos Renato Lisboa Frances em debate na CPI da Previdência

árias. O governo aponta que o peso do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no produto interno bruto (PIB), em 2060, poderá ser de 17,5% ou até de 23% e, por isso, há necessidade da reforma.

— As inconsistências nos modelos de projeção do governo descredenciam qualquer avaliação séria sobre esses números — criticou Frances.

O professor Carlos Patrick também participou da pesquisa e criticou os dados inconsistentes nos registros dos benefícios do INSS, a falta de memória dos cálculos nos do-

mentos da LDO e a ausência de descrição dos cálculos da reforma previdenciária.

— A equipe identificou uma diferença de 6.638 registros no espaço de um ano apenas para homens de 65 anos aposentados por idade que recebem acima do piso. A reforma da Previdência não pode ser baseada nas projeções do governo, pois há muitos erros nos cálculos que comprometem a credibilidade.

## Vícios

O professor Marcelino Silva da Silva, também da UFPA,

afirmou que as projeções costumam ser “enviesadas” no curto prazo. Segundo o pesquisador, a equipe de pesquisa percebeu que variáveis de mercado são consideradas constantes ao longo do tempo projetado pelo governo, o que comprometeria até o princípio matemático dos cálculos.

Como exemplo de vício, ele citou a taxa de crescimento da população idosa, que não poderia ser considerada constante pelo governo. Isso porque o Brasil vive hoje o pico desse crescimento — que não se manterá constante até 2060.

Assim, com base nas projeções de aumento do PIB do próprio governo, o crescimento da população idosa será sempre menor que o crescimento do PIB até 2060.

— Esses números são usados para assustar mesmo. Mas não faz sentido pensar que só o envelhecimento da população pode comprometer o PIB. É possível que o crescimento econômico possa reduzir o impacto do crescimento da população idosa — declarou.

## Cálculos

Para o professor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) Solon Venâncio de Carvalho, não é possível projetar, com base nas informações do governo, o que vai ocorrer em 2060. Ele disse que é possível identificar erros de cálculo até mesmo no projeto da LDO para 2018 (PLN 1/2018).

— Como cidadão, isso me preocupa. Não estamos sugerindo, mas podemos criticar como está sendo feito.

A CPI está autorizada para funcionar até o início de setembro e foi criada para investigar a contabilidade da Previdência Social, esclarecendo receitas e despesas do sistema e os possíveis desvios de recursos.

## Sociólogo critica uso da Pnad como base para projeções fiscais do regime

O sociólogo Antônio Ibarra, assessor da Direção Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), criticou o uso da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) como base para o Modelo de Projeções Fiscais do Regime Geral de Previdência Social.

Segundo Ibarra, há limitações metodológicas na Pnad, tanto que a pesquisa foi extinta e não é usada mais pelo IBGE. Ele acrescentou que a Pnad foi substituída pela Pnad Contínua, com amostra mais robusta e com maior cobertura, que teve sua série iniciada em 2012.

De acordo com o sociólogo, os pesos da amostra da Pnad se apresentam “descalibrados”, quando comparados à projeção do governo para a população no período 2000-2060. Como exemplo, Ibarra citou que a população com 50 anos ou mais na Pnad, em 2014, está com 7 milhões de pessoas acima do resultado usado como linha de projeção do governo para o mesmo ano (50,9 milhões contra 43,9 milhões).

O sociólogo acrescentou que as projeções do governo não diferenciam trabalhadores estatutários daqueles do regime da CLT. Além disso, há diferenças nos dados para as crianças.

— A Pnad está envelhecen-

do as pessoas e as crianças estão sumindo. É claro que, quando esses dados são usados em uma projeção, vamos ter problemas — afirmou.

## Trevas

Para o presidente da CPI, senador Paulo Paim (PT-RS), o Brasil vive hoje “uma situação da idade das trevas”. Ele disse que o brasileiro tem trabalhado no escuro, sem saber se pode contar com sua aposentadoria.

— Estamos passando pela pior crise econômica de nossa história, com enorme recessão, queda absurda da atividade econômica e do consumo das famílias, além



Antônio Ibarra, do Dieese, diz que pesquisa tem diversas limitações

de desemprego na casa de 15 milhões de brasileiros. Diante desses fatos, os argumentos do governo podem fazer algum sentido, mas não são eticamente plausíveis.

Paim criticou o uso dos recursos da Previdência para outros fins e lamentou o fato de o governo não conseguir cobrar dos grandes devedores da Previdência.

— O discurso do governo é sempre o mesmo: tem que penalizar o trabalhador, senão a Previdência vai quebrar. Mas os grandes devedores não pagam — apontou.

Hélio José (PMDB-DF), relator da CPI, disse que a situação da Previdência é preocupante, e exige análises constantes. Ele criticou, porém, a forma como o governo tem conduzido o assunto, “sem debate” com a sociedade, com o Conselho Nacional de Previdência Social ou com os setores envolvidos, e com um “projeto terrível”.

— Creio que várias autoridades do governo não conhecem inclusive essas realidades que estamos aqui demonstrando, porque os dados são estupefacentes.

O senador também reclamou de retaliações do Executivo que estaria sofrendo.

Na visão de Hélio José, a projeção etária usada pelo governo é “forçada”, apenas para justificar projeto de reforma da Previdência.

— Não podemos conviver com contas erradas, que tentam somar regime próprio social com Regime Geral da Previdência. Nesta CPI, temos compromisso com a verdade.

Ele lamentou a ausência do diretor do IBGE, Cláudio Dutra Crespo, que foi convidado mas não compareceu à reunião

## Interesses

Para José Pimentel (PT-CE), a reforma da Previdência busca apenas atender os interesses do mercado. O senador sugeriu criar subgrupos de trabalho dentro da comissão.

Lindbergh Farias (PT-RJ) classificou como “loucura” fazer uma reforma radical em um momento de depressão econômica e em que o presidente da República, Michel Temer, corre o risco enfrentar um processo.

— É tudo em cima do mais pobre e do trabalhador, enquanto não tem nada para a classe de cima — reclamou.

Paim disse ainda que o Senado está deixando o povo “ser crucificado”.

— Eu diria que o Senado está na seguinte situação: ele está entre Judas e Pôncio Pilatos. Judas, porque está traíndo o povo. Pôncio Pilatos, porque está lavando as mãos deixando Cristo ser crucificado — disse.

A próxima reunião está marcada para quinta-feira, às 9h30.

# Comissão ouve hoje ministro falar sobre o projeto de LDO 2018

Dyogo Oliveira participa de audiência na Comissão Mista de Orçamento, que pretende concluir a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias até 13 de julho

O MINISTRO DO Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, será ouvido hoje na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Ele virá ao Congresso Nacional falar sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018 (PLN 1/2017). A presença do ministro é uma exigência das normas da comissão.

A audiência pública foi acertada na quarta-feira pelo presidente da comissão, senador Dário Berger (PMDB-SC), que conversou com o ministro.

Dário disse que o colegiado deverá acelerar os trabalhos para votar o projeto da LDO antes da chegada da proposta da Lei Orçamentária Anual

(LOA), no fim de agosto. O novo cronograma divulgado pela Comissão Mista de Orçamento prevê a votação da LDO até 13 de julho.

— Agora vamos intensificar e ultimar a votação da LDO. A partir de agosto, quando chegar a LOA, será a vez de dispensar tempo adequado para entregar uma lei que represente os reais interesses dos brasileiros — afirmou o senador.

## Relatores

Também hoje a CMO fará uma reunião para eleger os três vice-presidentes e indicar os relatores setoriais da LOA.



Dyogo Oliveira falará sobre proposta orçamentária para o ano que vem, uma exigência da CMO

Na opinião de Dário, o grande desafio da comissão neste ano será buscar o equilíbrio entre despesas e receitas para conter o déficit fiscal e cumprir a regra do teto de gastos, determinada pela Emenda Constitucional 95. A emenda instituiu o novo regime fiscal, que limita o crescimento da despesa primária da União à taxa de inflação.

— O país continua com um déficit fiscal nas nuvens. É o terceiro ano consecutivo de déficit primário. Temos que virar este jogo. É preciso fornecer ao mercado uma peça realista, que as pessoas tenham confiança que seja exequível — defendeu Dário Berger.

Da Agência Câmara

# Qualidade dos serviços de banda larga no país é tema de debate

A Política Nacional de Banda Larga é tema de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) hoje a partir das 9h. Em foco, a massificação do acesso à internet, a qualidade e o preço dos serviços de conexão.

O assunto foi escolhido pela comissão como o programa de governo a ser analisado em 2017. Até o fim do ano, a CCT deve apresentar um relatório com propostas para a melhora da

legislação do setor.

O relator do processo de avaliação da estratégia digital brasileira é o senador Jorge Viana (PT-AC).

Foram convidados para a audiência pública o membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) Igor Vilas Boas de Freitas; o diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

Artur Coimbra; o diretor de Relações Governamentais da Cisco Systems no Brasil, Giuseppe Marrara; o advogado e pesquisador do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) Rafael Zanatta; e o secretário de Educação da Bahia, Walter Pinheiro.

Também serão ouvidos representantes de operadoras de telecomunicações. O diretor de Relações Institucionais da Claro Brasil, Fabio Andrade,

e o presidente do Grupo Telefônica no Brasil, Eduardo Navarro, estão entre os convidados.

O debate da CCT está marcada para as 9h e vai ocorrer na sala 7 da Ala Alexandre Costa, no Anexo 2 do Senado. A audiência pública será interativa, com participação do público.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

# MP altera regras para garantias em operações financeiras

A comissão mista responsável pela análise da Medida Provisória (MP) 775/2017 reúne-se hoje para a votação do relatório do deputado Aelton Freitas (PR-MG).

A medida inclui na Lei 12.810/2013 a possibilidade de “constituição de gravames e ônus” em operações feitas entre bancos e clientes, como empréstimos e investimentos. Segundo a legislação atual, esses registros de ativos se limitavam ao universo das

operações feitas no mercado de valores mobiliários e do sistema de pagamentos brasileiros.

A “constituição de gravames e ônus” é a identificação de um bem dado como garantia em uma operação de crédito e que esteja legalmente vinculado a um contrato entre devedor e credor. Esse bem fica à disposição do credor até que a operação seja quitada. Sem o registro do ativo, o credor não tem direito ao bem.

A MP estabelece que o registro deve ser feito nas mesmas entidades registradoras ou depositárias dos ativos negociados, como as câmaras de custódia de ações.

O governo alega que as mudanças vão conferir mais transparência e tornar mais seguras as práticas do sistema financeiro. Com isso, espera diminuir o risco de crédito das operações realizadas pelos bancos, principalmente para as pequenas e microempresas, que

têm menor capacidade de pagamento.

Além de ampliar o campo de atuação das infraestruturas do mercado financeiro, a MP também altera a legislação financeira para dar competência de regulamentação ao Banco Central e à Comissão de Valores Mobiliários.

A comissão se reúne às 14h30, na sala 2 da Ala Nilo Coelho, no Anexo 2 do Senado. A MP segue depois para votação nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

## Lindbergh afirma que Temer não se sustenta mais no governo

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que o governo de Michel Temer não durará mais do que dois meses e frisou que a solução para a crise só virá com eleições, inclusive para renovar todo o Parlamento.

Para o senador, a crise política é que precisa ser discutida agora, e não as reformas trabalhista e previdenciária. Ele fez um apelo para que a votação das propostas seja paralisada e reforçou a necessidade de mudanças no governo.

— Na minha avaliação, Temer não se sustenta, porque não vai ter os votos necessários — disse, referindo-se aos 172 votos para barrar, na Câmara, pedido de investigação do presidente.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Regina avalia que PT está recuperando a popularidade no país

Regina Sousa (PT-PI) disse que o PT está recuperando a popularidade, conforme pesquisa de opinião publicada ontem. Para ela, a população está percebendo a “manipulação” contra o PT em um cenário em que todos os partidos são jogados “na lama”.

A senadora admitiu que o PT cometeu erros, mas disse que o povo demanda uma chance para que o partido preserve as conquistas sociais. Ela opinou que Lula será condenado sem provas, enquanto os crimes vinculados a outros partidos passarão impunes.

— Cadê as provas? Lula vai ser julgado, vai ser aliás condenado. Mas cadê as provas? Não tem, mas tem convicção. Aí é que é de estranhar: por que a convicção vale mais que a prova?

## Telmário quer prioridade para educação e salários maiores para professores

Um país que almeja crescer não pode tratar os professores como profissionais de segunda ou terceira categoria, afirmou ontem Telmário Mota (PTB-RR).

Ele lamentou os baixos salários da categoria e disse que pretende apresentar projeto de lei para equiparar os vencimentos de todos os professores aos da rede pública federal.

O senador defendeu a eleição de governantes comprometidos com a educação.

— Se o Brasil quer sair do berço esplêndido e ganhar o mundo, é inevitável que a educação básica de qualidade seja a sua prioridade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Ângela defende texto que garante autonomia a unidades da Suframa

Ângela Portela (PDT-RR) destacou projeto apresentado por ela que garante autonomia às unidades administrativas da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), que tem sede em Manaus e unidades descentralizadas nas capitais da Amazônia Ocidental: Rio Branco, Porto Velho e Boa Vista.

Pelo projeto, a autonomia administrativa terá limites definidos no regimento interno da Suframa.

— Eu entendo que a descentralização das decisões da Suframa em benefício da Amazônia Ocidental poderá incrementar ainda mais o ritmo de avanço da região.



Waldemir Barreto/Agência Senado

# Estado é omissivo com índio, diz Antonio Costa

Para ex-presidente da Funai, uma das principais falhas é a falta de políticas para indígenas no Ministério da Agricultura, que, afirmou, é 100% voltado ao agronegócio

O PAÍS PRECISA de uma política de Estado voltada para os direitos humanos e o desenvolvimento econômico das populações indígenas, parando de tratar a Fundação Nacional do Índio (Funai) como um “balcão de negócios”, disse ontem o ex-presidente do órgão Antonio Fernandes Costa, em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Costa afirmou, a representantes de movimentos sociais, que ONGs internacionais sérias atuam nas parcerias em políticas públicas para os índios devido à omissão do Estado em cumprir seu papel.

Para ele, uma das grandes omissões se dá no Ministério da Agricultura, que, disse, é 100% voltado aos interesses do agronegócio e não desenvolve uma única política destinada à agricultura familiar indígena.

— O que esse ministério faz pra desenvolver as terras indígenas que são produtivas, para que haja sustentabilidade naquelas terras? É zero de investimentos, no máximo



Costa, que saiu do governo em maio, diz, em debate dirigido por Regina Sousa, que Funai é vista como balcão de negócios

emendas parlamentares — disse o ex-presidente.

Segundo ele, durante sua gestão ouviu de representantes de governos estrangeiros que há interesse de investir no atendimento à pauta indígena, mas que não o fazem porque no país “não existe nenhuma política de fato”.

Costa destacou que, enquanto esteve no governo, alertou para a situação. O corte de

investimentos da Noruega da ordem de R\$ 200 milhões por ano para o Fundo da Amazônia, disse, já é consequência da omissão do Estado.

Ele afirmou que, no cargo de presidente da Funai, nos primeiros meses do governo Temer, percebeu o sucateamento do órgão e a falha da fiscalização na aplicação de verbas de parcerias. Para o ex-presidente, o processo

de sucateamento da Funai começou no governo Dilma, devido a acordos com a bancada ruralista, e aprofunda-se na gestão Temer. Ele creditou sua demissão ao fato de ter resistido a indicações políticas para diretorias da Funai, principalmente na área de finanças. Costa denunciou “uma forte pressão” do líder do governo no Congresso, deputado André Moura (PSC-SE).

— A atual situação é desastrosa na área indígena e pode criar sérios conflitos sociais, devido a essa ingerência política — disse ele, para quem o objetivo do governo é desmantelar definitivamente o órgão.

Costa lembrou que 25 superintendências e secretarias da Funai já foram extintas e que os cortes orçamentários criam um “cenário trágico”. E citou o comunicado do governo que creditou sua demissão à “falha de competência gerencial”.

— Se ser incompetente é não concordar com malfeitos, então serei sempre incompetente.

Ele relatou ter sofrido pressão do ex-ministro da Justiça Osmar Serraglio para que não cumprisse um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público em Mato Grosso do Sul referente a conflitos agrários.

Paulo Paim (PT-RS) lembrou que a União Europeia estuda a adoção de barreiras humanitárias na importação de produtos primários, como reação às políticas na área rural.

## Lei autoriza valor diferente para compras em dinheiro e em cartão

A partir de hoje, comerciantes estão autorizados a oferecer preços diferenciados para pagamentos em dinheiro ou em cartão de crédito ou débito. O texto foi sancionado sem vetos ontem em cerimônia no Palácio do Planalto pelo presidente Michel Temer e vai entrar em vigor hoje, com a publicação da lei no *Diário Oficial da União*.

A nova lei tem origem no Projeto de Lei de Conversão 6/2017, decorrente

da Medida Provisória (MP) 764/2016 e aprovado no Senado em 31 de maio.

O texto obriga o fornecedor a informar, em local visível ao consumidor, os descontos oferecidos em função do meio e do prazo de pagamento. Se não cumprir a determinação, ficará sujeito a multas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990).

Apesar de proibida em lei, a prática já era adotada por muitos comerciantes,

que ofereciam descontos para quem pagasse com dinheiro. Com a diferenciação na cobrança, eles buscavam evitar as taxas cobradas pelos cartões e a demora para receber o dinheiro.

Para o relator da medida provisória, deputado Marco Tebaldi (PSDB-SC), o estímulo ao pagamento à vista e em dinheiro pode criar uma situação de concorrência que leve as administradoras de cartão a baixar as taxas cobradas

dos estabelecimentos comerciais.

Segundo o Executivo, a diferenciação de preços beneficia empresas e consumidores e estimula queda no valor médio dos produtos. A medida também evitaria a prática do chamado subsídio cruzado — quando os consumidores que não utilizam cartão pagam o mesmo preço que os consumidores que utilizam esse sistema de pagamento, sobre o qual incidem taxas.

### Viana reclama de preços cobrados por empresas de aviação no Acre

Jorge Viana (PT-AC) lamentou a situação do transporte aéreo de passageiros no Acre. O senador anunciou a intenção de denunciar ao Ministério Público as empresas de aviação, que cobram dos acreanos as passagens mais caras do país.

— Temos que pagar



adicional por sermos amazônidas, por vivermos no Acre, em Rondônia, no Amazonas, em Roraima, no Amapá? — criticou.

Viana também lamentou o aumento no desmatamento da Amazônia, o que prejudica os compromissos do país com entidades internacionais.

### Valdir Raupp relata reuniões para tratar de demandas de Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) relatou reuniões que teve com autoridades para tratar de assuntos de interesse de Rondônia. Ele informou ter se encontrado com o governador do estado, Confúcio Moura, e ministros como o chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e o do Planejamento,



Dyogo Oliveira. Um dos assuntos tratados, disse, foi o ressarcimento, por parte da União, de investimentos feitos pelo estado em obras federais. O senador relatou também audiência para tratar do fim do embargo às obras na BR-319, que liga Porto Velho a Manaus.

### Elmano Férrer comemora início de asfaltamento da BR-222

Elmano Férrer (PMDB-PI) comemorou o início do asfaltamento dos 1,8 mil quilômetros da BR-222, que liga Fortaleza, no Ceará, a Marabá, no Pará.

— Um evento que era um sonho de todos que moram no entorno dos municípios de Piri-piri, Batalha, Esperanti-



na, São João do Arraial, Matias Olímpio, uma população muito significativa. No trecho Piri-piri-Batalha, será feito um revestimento asfáltico simples. Além do asfaltamento desse trecho, serão recuperadas oito pontes com problemas seriíssimos.

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

#### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

#### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burle  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenador de Edição:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Política venezuelana domina debate no Parlasul

A convocação de uma Assembleia Constituinte pelo presidente Nicolás Maduro gerou manifestações, apesar do afastamento do país do bloco

**AFASTADA DO MERCOSUL** por agredir as normas democráticas necessárias à permanência no bloco, a Venezuela voltou ontem a ser tema predominante na sessão do Parlamento do Mercosul (Parlasul) realizada em Montevideu. A crise política local divide a bancada da Venezuela, ainda presente no Parlasul, apesar do afastamento do bloco econômico.

O presidente do Parlasul, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), precisou enfrentar, no início da sessão, um desafio político com venezuelanos. Por obediência ao Regimento Interno, ele garantiu a palavra ao deputado chavista Saúl Or-



O deputado brasileiro Arlindo Chinaglia (2º à esq.) preside sessão do Parlamento do Mercosul em Montevideu

tega, sob protestos da bancada de oposição, uma vez que Ortega — por ser candidato à Assembleia Constituinte convocada pelo presidente Nicolás Maduro — teve que renunciar ao mandato na

Assembleia Nacional e, portanto, não poderia mais ser integrante do Parlasul. Ocorre que o regimento exige que a renúncia seja oficialmente comunicada, o que não ocorreu.

Assim que Ortega pediu a palavra, o também venezuelano Luis Emilio Rondón Hernández solicitou a Chinaglia que não permitisse o pronunciamento de Ortega. Chinaglia, porém, disse que o Parlasul não foi oficialmente informado sobre a incapacidade de o parlamentar continuar a integrar a representação venezuelana.

— Da minha parte, se o Regimento Interno exige um comunicado que não veio, não é o Plenário que vai destituir um parlamentar. Eu não tenho direito ao arbítrio — afirmou.

## Legalidade

Ortega começou seu pronunciamento criticando o Parlamento venezuelano, que, a seu ver, “está em desacato nesse momento e não tem possibilidade que suas decisões tenham legalidade”. Em seguida, acusou a direita venezuelana de inspirar “crimes de ódio” e acusou manifestantes encapuzados, segundo ele ligados à oposição, de queimar uma pessoa viva em uma recente manifestação.

— Essas operações armadas são financiadas do exterior. Maduro convidou ao diálogo político. Na Venezuela há um calendário eleitoral. A oposição disse não ao diálogo, não às eleições — disse Ortega.

Em resposta, o parlamentar Williams Dávila criticou a convocação por Maduro de uma Assembleia Constituinte, em uma manobra para destituir o atual Parlamento venezuelano e garantir a permanência do atual governo no poder.

A Constituinte será parcialmente ocupada por representantes de organizações como as de camponeses e indígenas, escolhidos pelo próprio governo.

— Querem impor uma Cons-

tituição fascista. E o Parlasul não pode esconder a cabeça — disse Dávila.

O deputado brasileiro Rocha (PSDB-AC) pediu que o Parlasul se manifestasse oficialmente sobre a crise política venezuelana. Em sua opinião, os integrantes da Casa “não corrompidos pela visão ideológica atrasada da Venezuela” deveriam tornar pública a sua preocupação com a violação de direitos humanos no país vizinho.

O deputado Roberto Freire (PPS-SP) recordou as origens democráticas do Mercosul e criticou a falta de resposta do parlamento regional à crise venezuelana. Os países fundadores do bloco, observou, experimentaram ditaduras militares e, uma vez que recuperaram suas democracias, deram início ao processo de integração regional.

— A origem desse organismo é democrática, de governos pós-ditaduras. O impressionante, e que causa tristeza, é que esse parlamento, fundado na democracia, não queira discutir a instalação de uma ditadura na Venezuela. O mundo é surpreendido a todo o momento por execuções e mortes, que causam grande indignação. Infelizmente não causam indignação aqui. Hoje se calam diante da ditadura venezuelana — acusou Freire.

## Reformas

Já a senadora Fátima Bezerra (PT-RN) criticou as reformas propostas pelo presidente do Brasil, Michel Temer. Ela condenou a aprovação da Emenda Constitucional 95, que limitou o crescimento de despesas do governo e que “congela investimentos públicos por 20 anos”. E atacou as propostas de reforma trabalhista e previdenciária que tramitam no Congresso brasileiro.

— Essas reformas integram um pacote de maldades que faz parte do conjunto de contrarreformas do governo — condenou.

## Legislativo do Mercosul começa a debater ampliação de atribuições

Dez anos depois de realizar sua primeira sessão, o Parlasul prepara-se para debater a concessão de poderes vinculantes às decisões tomadas por seus integrantes. Estará em pauta na próxima sessão, no segundo semestre, uma proposta de recomendação com esse objetivo ao Conselho do Mercado Comum.

Ontem foi avaliada a proposta da parlamentar argentina Cecilia Britto para que as decisões do Parlasul tenham validade em todos os países do bloco. O presidente do parlamento, o brasileiro Arlindo Chinaglia, lembrou que há um projeto semelhante em tramitação, do paraguaio González Núñez, e sugeriu a volta do tema à Comissão de Assuntos Jurídicos para a produção de um texto de consenso. O argentino Alberto Asseff apoiou.

— Passaríamos a ser algo similar ao Parlamento Europeu, com atribuições colegislativas que têm que ser cumpridas em todo o bloco. Os congressos nacionais cederiam parte de soberania para gerar uma soberania comum, superior — disse.

O presidente da Representação Brasileira no Parlasul, deputado Celso Russomano (PRB-SP), argumenta que os parlamentares experimentam o cotidiano dos cidadãos dos seus países de forma muito mais próxima que integrantes dos governos.

## Recomendações

O Parlasul aprovou proposta de recomendação ao Conselho do Mercado Comum para que solicite ao governo da Venezuela o cumprimento efetivo dos acordos internacionais de direitos humanos.

Três outras recomendações foram aprovadas em Plenário. A primeira sugere medidas de estímulo às pequenas e médias empresas dos países do bloco, como forma de incentivar a geração de empregos.

A segunda solicita aos governos do Brasil e da Argentina que mantenham a circulação durante 24 horas da ponte que liga Comandante Andresito, na província de Misiones, a Capanema, no Paraná.

A terceira propõe a harmonização de legislações dos países do bloco sobre a tipificação de maus-tratos com os idosos.

## Comissão aponta perseguição e violência e manifesta solidariedade

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlasul manifestou solidariedade ao povo venezuelano e “às vítimas de perseguição política” no país. Manifestou ainda “profunda preocupação” pela convocação de uma Assembleia Constituinte pelo presidente Nicolás Maduro.

A comissão enviou à Venezuela uma delegação composta por dois parlamentares da Argentina, dois do Paraguai e um do Uruguai para audiências realizadas em 8 e 9 de junho, com a presença também dos representantes venezuelanos no Parlasul.

O relatório da delegação cita as mortes de 66 pessoas, algumas causadas pelo uso de gás lacrimogênio, em confrontos entre manifestantes e policiais, segundo dados do Ministério Público venezuelano. O documento ressalta o agravamento do desabastecimento de alimentos e medicamentos, a violação de direitos fundamentais da população, a perseguição e a violação de imunidade de parlamentares e o “uso

excessivo” da força pública. Também aponta militarização das ruas e restrição ao livre trânsito, à liberdade de expressão e ao direito de protesto. Considera o mais grave a falta de perspectiva de entendimento.

— Não há vocação ali para o diálogo. A solução tem que ser democrática, por meio de eleições — disse a presidente da comissão, a argentina Cecilia Catherine Britto.

Segundo ela, metade dos componentes da Assembleia Constituinte foi indicada pelo próprio Estado, como se fossem representantes de grupos como índios e camponeses.

O senador Humberto Costa (PT-PE) afirmou que “não empresta apoio incondicional” ao governo venezuelano, mas advertiu que a violência é “de parte a parte”, vem tanto de forças do governo como de manifestantes de oposição.

— Não tem mocinho nessa história. Mas o Parlasul pode ser uma voz ativa em defesa do entendimento e da negociação — propôs.



Comissão de Direitos Humanos do Parlasul faz manifesto de solidariedade

# Migração: nova lei assegura direitos e combate a discriminação

Norma que entra em vigor em novembro regula a entrada e a permanência de estrangeiros no Brasil, busca proteger o brasileiro no exterior e define direitos e deveres do migrante e do visitante

Paulo Sérgio Vasco

O BRASIL JÁ conta com uma nova Lei de Migração, que garante direitos e protege os estrangeiros contra discriminação. A norma (Lei 13.445/2017) substituiu o Estatuto do Estrangeiro, herdado do regime militar. A elaboração da legislação, que tem como princípios a igualdade de direitos e o combate à xenofobia e à discriminação, vinha sendo defendida desde a redemocratização do Brasil. O texto entra em vigor em 24 de novembro.

## Avanços

Publicada com 18 vetos em 25 de maio, a nova lei é decorrente de substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto do senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que teve como relator Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Segundo o consultor legislativo Tarciso Dal Maso Jardim, a nova lei considera o migrante como um sujeito de direitos no sentido mais amplo possível, incluindo o brasileiro que sai para o exterior, e acolhe todos os tratados ratificados e absorvidos pelo regime constitucional brasileiro.

— Temos o imigrante, que vem para o Brasil para aqui se fixar; temos o emigrante, que é o brasileiro que sai para o exterior, e a lei traz benefícios para seu retorno; temos o residente fronteiriço; os apátridas, pessoas que não têm nacionalidade; alguns grupos vulneráveis e, por fim, o visitante, que é o estrangeiro que vem ao Brasil a negócios ou a turismo.

Para o consultor, um dos grandes valores da Lei de Migração é o direito à defesa e à segurança jurídica, visto que as legislações precedentes autorizavam a retirada compulsória do país, caso o estrangeiro fosse considerado nocivo, inconveniente ou se ofendesse a tranquilidade e a moralidade.

Tarciso ressalta ainda que a lei não é criminalizante e que o único tipo penal nela previsto coíbe os “coiotes”, que lucram com o fenômeno da imigração ilegal, sem prejudicar o mi-

grante propriamente dito que, se cometer irregularidades, terá que pagar multa ou ser deportado.

— Há uma baixa população de estrangeiros no Brasil, 1 milhão e pouco, inferior a 1% da população brasileira. A população migrante no Brasil é de baixíssima criminalidade.

A Lei de Migração representa grande avanço com relação ao



Eunício Oliveira e Tasso Jereissati em Plenário, durante sessão em que a nova Lei de Migração foi aprovada, em 18 de abril

Estatuto do Estrangeiro, avalia a professora de Migração e Refúgio da Universidade de Brasília (UnB) Carolina Claro. Primeiro, explica, saem do primeiro plano as perspectivas de segurança e interesse nacionais e entram as óticas dos direitos humanos dos migrantes e da igualdade entre brasileiros e imigrantes. Em segundo lugar, a lei estabelece princípios e

diretrizes que guiarão uma futura política migratória brasileira e também prevê proteção para apátridas, asilados e brasileiros emigrados.

A professora observa que, apesar dos vetos presidenciais, a lei inova ao ampliar os tipos de visto temporário para incluir, entre outros, o tratamento de saúde, a acolhida humanitária de imigrantes e a reunião familiar, temas recorrentes nos fluxos migratórios do século 21 que chegaram a ser regulados por resoluções do Conselho Nacional de Migração. Ela ressalta que a nova norma impede repatriação, deportação e expulsão coletivas, todas vedadas pelo direito internacional.

Outros pontos que ela destaca são a garantia de igualdade de tratamento entre brasileiros e imigrantes e o capítulo específico para proteção dos brasileiros no exterior.

A lei inova também ao aperfeiçoar o procedimento de repatriação, prevendo a participação da Defensoria Pública da União na defesa do migrante ao longo do processo. A mesma lógica foi adotada quanto à deportação, embora essa ainda possa ser imediata em alguns casos, explica o defensor público Gustavo Zortea.

O defensor público observa que a norma amplia as causas impeditivas de expulsão do imigrante e impede que ele, no processo de extradição, permaneça na prisão até a decisão final da Justiça. Outro

ponto que destaca é a isenção do pagamento das taxas de regularização aos migrantes mais carentes.

— A nova lei vem para adequar a questão migratória à Constituição de 1988.

## Vetos

Para Zortea, alguns vetos desfiguraram a norma, como o à previsão de anistia migratória e o ao processo de regularização mais simples a imigrantes que entraram no Brasil até 6 de julho de 2016 e que fizessem o pedido de regularização até um ano após a vigência da lei. Também foram vetadas a livre circulação de indígenas e populações tradicionais entre fronteiras, em terras tradicionalmente ocupadas, e a extensão da regularização da permanência no país a parentes e agregados dos migrantes.

Na justificativa dos vetos, o presidente Michel Temer alegou que alguns dispositivos poderiam comprometer a segurança e os direitos indígenas e estimular o tráfico internacional de pessoas, sobretudo menores de idade. O exercício de cargo público por estrangeiro também foi vetado. Segundo Temer, isso seria uma “afronta à Constituição e ao interesse nacional”.

— Há preocupação excessiva com terrorismo e segurança. Possibilidades existem, mas não deveriam nortear o tratamento dado a todos os migrantes — afirma Zortea.

## O que muda

**REGULARIZAÇÃO DOCUMENTAL** Migrantes com documentação inexistente ou irregular poderão regularizar a situação dentro do Brasil. Anteriormente, o estrangeiro tinha de sair do Brasil e aguardar emissão de visto no país de origem, o que podia ou não acontecer.

**MANIFESTAÇÃO POLÍTICA** O Estatuto do Estrangeiro proibia imigrantes de participar de qualquer atividade de natureza política. A nova lei acaba com a proibição e garante o direito do imigrante de se associar a reuniões políticas e sindicais. A nova lei não prevê o direito ao voto aos migrantes internacionais.

**TRÁFICO DE PESSOAS** A proposição estabelece, entre outros pontos, punição para o traficante de pessoas, ao tipificar como crime a ação de quem promove a entrada ilegal de estrangeiros em território nacional ou de brasileiro em país estrangeiro. A pena prevista é de reclusão de dois a cinco anos, além de multa.

**PERMISSÃO PARA RESIDÊNCIA** Pela nova lei, a residência poderá ser autorizada ao imigrante, residente fronteiriço ou visitante que tenha oferta de trabalho, já tenha possuído nacionalidade brasileira no passado, ganhe asilo, seja menor de 18 anos desacompanhado ou abandonado, seja vítima de tráfico de pessoas ou trabalho escravo, ou esteja em liberdade provisória ou em cumprimento de pena no Brasil. A residência poderá ser negada se a pessoa interessada tiver sido expulsa do Brasil anteriormente, se tiver praticado ato de terrorismo ou se estiver respondendo a crime passível de extradição, entre outras situações.

**VISTO DE VISITA** O visto de visita será concedido ao visitante que venha ao Brasil para estada de curta duração no caso de viagens de turismo, negócios, trânsito, atividades artísticas ou desportivas e outras hipóteses definidas em regulamento.

**VISTO TEMPORÁRIO** O visto temporário será concedido nos casos de pesquisa, ensino ou extensão acadêmica; tratamento de saúde; acolhida humanitária; estudo; trabalho; férias-trabalho; prática de atividade religiosa ou serviço voluntário; realização de investimento ou de atividade com relevância econômica, social, científica, tecnológica ou cultural; reunião familiar; beneficiário de tratado internacional em matéria de vistos; atividades artísticas ou desportivas com contrato por prazo determinado; e outras hipóteses definidas em regulamento.

**EXTRADIÇÃO** São condições para concessão da extradição: ter sido o crime cometido no território do Estado requerente ou serem aplicáveis ao extraditando as leis penais desse Estado; estar o extraditando respondendo a processo investigatório ou a processo penal ou ter sido condenado pelas autoridades judiciárias do Estado requerente à pena de privação de liberdade.

**DEPORTAÇÃO** Não se procederá à deportação, à repatriação ou à expulsão coletiva ou de qualquer indivíduo para as fronteiras dos territórios em que sua vida, integridade ou liberdade sejam ameaçadas em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas.

**ACOLHIDA HUMANITÁRIA** A nova lei determina a existência de um visto temporário específico para o migrante em situação de acolhida humanitária, para pessoas que precisam fugir dos países de origem, mas que não se enquadram na Lei do Refúgio (Lei 9.474/1997). A legislação também contempla migrantes que vêm ao Brasil para tratamentos de saúde e menores desacompanhados.

**PROTEÇÃO AOS APÁTRIDAS** A nova lei organiza a cooperação jurídica entre países para proteção aos apátridas, asilados e brasileiros no exterior. O pátrida reconhecido que não opte pela naturalização imediata terá a autorização de residência outorgada em caráter definitivo.

**TRABALHADORES MARÍTIMOS** O Estatuto do Estrangeiro determinava que tripulantes internacionais que trabalham nos navios precisavam pagar taxas consulares ao Ministério do Trabalho. A nova lei acaba com essa exigência, o que reduz custos e simplifica a operação dos cruzeiros. A medida deve, assim, atrair mais cruzeiros e gerar emprego e renda.



Vídeo da Agência Senado sobre o que muda para estrangeiros e para brasileiros no exterior com a nova Lei de Migração: <http://bit.ly/multimidiamigração>

## Saiba mais

Lei 13.445/2017  
<http://bit.ly/Lei13445de2017>

Entrevista da Rádio Senado com Maha Mamo, apátrida: <http://bit.ly/entrevistaimigrante>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)